Experiência profissional:

Delegado do ICEP Portugal em Madrid;
Delegado do ICEP Portugal em Nova Iorque;
Director do Departamento de Feiras e Exposições do ICEP Portugal;
SOGEL — Sociedade Geral de Empreitadas, L.da — director da obra da urbanização da Quinta das Laranjeiras, em Sete Rios;
Ilídio Monteiro Construções, L.da — director de diversas obras de construção civil em Trípoli, na Líbia, e em Portugal;
CORUL — Construções e Reparações Urbanas, L.da — director de diversas obras de construção civil em Portugal.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 1912/2007

Declaração de utilidade pública

O Damaia Ginásio Clube, associação de direito privado, número de identificação fiscal 501314563, com sede na freguesia da Damaia, concelho da Amadora, vem prestando, de forma continuada e com grande dinamismo, relevantes serviços à comunidade ao promover o desporto junto das camadas mais jovens da região, contribuindo assim para a formação desportiva e integração social da população local, ao organizar e participar em eventos desportivos de carácter local e regional, ao desenvolver actividades de carácter recreativo e cultural, atraindo a si um elevado número de pessoas de todas as idades, e ao cooperar com as mais diversas entidades públicas e privadas.

Reconhece-se, assim, o mérito das actividades desenvolvidas por este Clube, numa altura em que o País está empenhado no combate à exclusão social.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 37/05-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Despacho n.º 1913/2007

Declaração de utilidade pública

A Sociedade Recretiva Almancilense, associação de direito privado, número de identificação fiscal 501880984, com sede na freguesia de Almancil, concelho de Loulé, vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover o desporto junto das camadas mais jovens da região, contribuindo assim para a sua formação desportiva e social, ao participar em eventos desportivos de carácter regional e nacional, ao desenvolver actividades de carácter recreativo e cultural, atraindo a si pessoas de todas as idades, e ao cooperar com as mais diversas entidades públicas e privadas.

No entanto, importa que sejam efectivamente cumpridos todos os pressupostos inerentes à disponibilização, tratamento e subsequente aprovação, pelos seus associados, dos relatórios e contas anuais. Para tanto, a referida associação deverá apresentar anualmente, em conjunto com o relatório de contas dos exercícios findos, os respectivos pareceres do conselho fiscal e as actas de aprovação em assembleia geral, assinadas pelos respectivos titulares dos órgãos.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 2/02-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Despacho n.º 1914/2007

Declaração de utilidade pública

A APEMETA — Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais, associação de direito privado com o número de identificação fiscal 502773600, e sede na freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa, vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover a permuta e a divulgação de conhecimentos sobre a matemática ambiental, através da formação profissional no âmbito da procura de soluções ambientais, técnica e economicamente vantajosas e da oferta de serviços e tecnologias, ao organizar eventos de sensibilização ambiental e ao cooperar com as mais diversas entidades públicas e privadas na prossecução de fins de interesse geral.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 143/03-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, e do artigo 4.º da Lei n.º 35/98, de 18 de Julho.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Despacho n.º 1915/2007

Declaração de utilidade pública

A Associação Humanitária Habitat, associação de direito privado, número de identificação fiscal 503874264, com sede na freguesia de São João de Souto, concelho de Braga, vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover a integração social e comunitária, mediante a resolução de problemas habitacionais das populações carenciadas, fomentando o trabalho de voluntariado e a cooperação solidária entre os membros da comunidade na construção e restauro de habitações, na organização de eventos para a angariação de apoios financeiros e ao colaborar com as mais diversas entidades públicas.

No entanto, importa que seja efectivamente cumprida a recomendação respeitante à adequação da norma estatuária constante do n.º 1 do artigo 4.º ao disposto na Lei n.º 124/99, de 20 de Agosto. Para tanto, a referida Associação deverá enviar à Presidência do Conselho de Ministros o documento comprovativo da mencionada alteração estatutária.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 99/01-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Despacho n.º 1916/2007

Declaração de utilidade pública

O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Ponterrolense, associação de direito privado com o número de identificação fiscal 501214933 e sede na freguesia de Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras, vem prestando relevantes serviços à comunidade ao promover o desenvolvimento do desporto e a difusão da cultura na sua região através da organização e participação em eventos desportivos e culturais, contribuíndo de uma forma saudável para a formação integral e ocupação dos tempos livres dos associados e da população em geral, nomeadamente dos jovens.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 20/05-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-o pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Despacho n.º 1917/2007

Declaração de utilidade pública

O Coral Stella Vitae, associação de direito privado, número de identificação fiscal 500940797, com sede na freguesia de Sacramento, concelho de Lisboa, vem prestando relevantes serviços à comunidade, ao longo dos seus 60 anos de existência, ao promover a difusão da cultura musical na sociedade portuguesa, nomeadamente a música coral, e ao realizar e participar em diversos eventos artísticos e culturais, em Portugal e no estrangeiro.

Por estes fundamentos, conforme o processo administrativo n.º 82/04-B.02.07, instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

22 de Dezembro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA DEFESA NACIONAL E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.

Despacho n.º 1918/2007

Considerando que pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2006, de 16 de Fevereiro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 52, de 14 de Março de 2006, foi criada uma estrutura de missão denominada Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC);

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, determina que os elementos que constituem aquela Estrutura de Missão, à excepção do seu responsável, são nomeados por despacho conjunto dos Ministros de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, das Finanças e da Administração Pública e da Ciência, Inovação e Ensino Superior, o que veio a acontecer pelo despacho conjunto n.º 330/2005, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio de 2005;

Considerando que, neste momento, se torna imperativo para a prossecução da missão da EMEPC a nomeação dos elementos desta Estrutura presentemente em falta:

Determina-se, ao abrigo do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 11, de 17 de Janeiro de 2005, o seguinte:

1 — É nomeado como coordenador, nos termos da alínea *b*) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, o comandante Paulo Domingos das Neves Coelho, para o efeito requisitado à Marinha Portuguesa.

2 — É nomeado como técnico, nos termos da alínea *c*) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, o comandante Aldino Manuel dos Santos de Campos, para o efeito requisitado à Marinha Portuguesa.

3 — É nomeada como técnica, nos termos da alínea *c*) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005, de 16 de Novembro de 2004, Catarina Isabel Alves Mendes Silva Medeiros.

4 — Os elementos referidos nos n.os 1 e 2 do presente despacho são nomeados em comissão normal de serviço, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 144.º, alínea *a*), e 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/99, de 25 de Junho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97-A/2003, de 30 de Agosto.

5 — O nomeado pelo n.º 1 do presente despacho é equiparado, para efeitos remuneratórios, a investigador-coordenador do 4.º escalão da carreira do pessoal de investigação científica, conforme previsto na alínea *b*) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005.

6 — Os nomeados pelos n.os 2 e 3 do presente despacho são equiparados, para efeitos remuneratórios, a investigador principal do 4.º escalão da carreira do pessoal de investigação científica, conforme previsto na primeira parte da alínea *c*) do n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2005.

7 — Tendo em conta a nomeação constante do n.º 2 do presente despacho, a EMEPC assegurará a continuidade dos serviços de Hydrographic Data Warehouse CHDWS do Instituto Hidrográfico da Marinha, nos termos e em condições a determinar por protocolo com o Instituto Hidrográfico.

8 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006.

11 de Janeiro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira.* — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho n.º 1919/2007

Nos termos do disposto no artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho, na redacção que lhes foi dada, respectivamente, pelos Decretos-Leis n.os 305/91, de 16 de Agosto, e 243/2002, de 5 de Novembro, sob proposta da assembleia comum dos participantes, é nomeado para exercer funções de vogal não executivo do conselho directivo do Instituto Nacional de Habitação, I. P., o licenciado José Raposo Ferreira, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S. A.

O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Maio de 2006.

8 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.* — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.*

Curriculum vitae

I — Elementos académicos:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1976);

Pós-licenciatura em Estudos Europeus — Dominante Jurídica, pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) (1983-1984);

Curso Avançado de Gestão Bancária, Instituto de Formação Bancária, em colaboração com a UCP (1988-1989).

II — Outros elementos de formação:

Curso sobre aproveitamento dos instrumentos financeiros na CE após a adesão — Instituto Nacional de Administração (INA) (Junho de 1983);

Curso sobre técnicas de negociação — INA (Fevereiro a Maio de 1987);

Participação em seminários sobre financiamentos aos municípios, organizados pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), Associação Nacional de Municípios Portugueses e Tribunal de Contas.

III — Elementos profissionais:

Advogado, com inscrição suspensa desde 1985;

Jurista da CGD, de Novembro de 1978 a Maio de 1989;

Director da CGD — Direcção de Crédito à Administração Pública Central, Regional e Local, de Maio de 1989 a Julho de 2004;

Director da CGD — Gabinete de Recuperação de Crédito, desde Agosto de 2003 a Abril de 2004;

Director central da CGD — Direcção de Banca Institucional, desde Julho de 2004;

Vogal não executivo do conselho directivo do INH, desde 4 de Fevereiro de 1998, em representação da CGD;

Administrador da CaixaTec, Tecnologias de Comunicação, S. A., desde Julho de 2006.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Aviso n.º 1805/2007

Por despacho de 21 de Dezembro de 2006 do comandante-geral (isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas) e nos termos da subalínea 1) da alínea *b*) do artigo 266.º do EMGNR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/93, de 31 de Julho, foram promovidos ao posto de cabo, por excepção, os soldados a seguir mencionados desta Guarda, contando a antiguidade e vencimentos do novo posto desde a data que a cada um se indica:

Unid.	Quadro	Mat.	Nome	Data da promoção
B4	MAT/ART	1790167	Manuel Franklim Antunes	21-5-2005
B4	INF	1801160	João António Marques	21-5-2005
B5	INF	1800762	João Manuel Martins	21-5-2005
B2	INF	1801374	Luís Simões Lopes Pereira	21-5-2005
B5	INF	1801843	António Figueira	21-5-2005
B4	INF	1810142	Uruíno Manuel Carvalho	21-5-2005
RI	INF	1810413	Alexandrino Pinho Morgado	21-5-2005
B2	INF	1810584	Fernando Martins Clemente	21-5-2005
B3	INF	1810738	António José Martins	21-5-2005
B4	INF	1811125	Teodoro Manuel Fernandes	21-5-2005
B5	INF	1820141	Maximino Seco da Costa	21-5-2005